

## **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA**

Sandra Rodrigues da Silva Chang  
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)  
sandra.chang@usp.br

Shirley Silva  
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)  
shirley.feusp@usp.br

### **INTRODUÇÃO**

A educação profissional concorre para a efetivação de dois direitos sociais estabelecidos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 – os direitos à educação e ao trabalho. Quando articulada para o atendimento a pessoas com deficiência, pode relacionar-se ainda a outras esferas no âmbito das políticas públicas, podendo ser analisada por uma multiplicidade de olhares. Estudar esses diversos olhares, explicitados em artigos científicos, teses e dissertações, pode proporcionar uma compreensão da arena de disputas em que se constituem as políticas públicas brasileiras estabelecidas para a garantia dos direitos dessa parcela da população.

Neste cenário, o presente texto apresenta, a partir de levantamento bibliográfico, dados de uma pesquisa em desenvolvimento, a qual busca traçar um panorama sobre a produção acadêmica nacional voltada à educação profissional de pessoas com deficiência, disponível nas bases SciELO e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD-USP), a fim de verificar o que já se produziu sobre o tema e identificar diferentes olhares para essa questão, especificamente aqueles centralizados no campo da educação.

Os resultados evidenciam uma discussão voltada para a educação profissional enquanto forma de acesso ao mundo do trabalho, compreendido nessas publicações especificamente como emprego, bem como carência de pesquisas científicas e discussões sobre as demandas desta parcela da população em relação à educação profissional.

## DESENVOLVIMENTO

Presente em nosso país desde a época do Brasil Colônia, a educação que forma para o trabalho e que hoje denominamos como educação profissional e tecnológica (EPT) ainda é associada à pobreza e à servidão, heranças de nosso período escravocrata (ALBUQUERQUE; MORAES, 2020). Foi a partir de 1909 que se passou a buscar um modelo de educação profissional para todos os setores, a partir da regulamentação que Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, seguida pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e das escolas técnicas da rede federal, ambos em 1942 (CUNHA, 2000). Hoje, a educação profissional brasileira é ofertada para a formação de trabalhadores dos mais diferentes segmentos de mercado, como indústria, comércio, serviços e transportes, entre outros. No entanto, ainda carrega as marcas do passado, que a fazem ser vista muitas vezes como uma educação de menor valor. Uma consequência dessa visão é a carência de pesquisas científicas que aprofundem o debate a respeito da educação profissional, especialmente sobre sua relação com pessoas com deficiência, que também pode ser resultante do descaso na formulação de políticas educacionais para este fim.

A discussão acerca da educação profissional de pessoas com deficiência se deu com maior ênfase a partir do final do século XX, quando estabelecida a obrigatoriedade legal de contratação de trabalhadores com deficiência pela lei nº 8.213/1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei de Cotas.

No âmbito das produções acadêmicas, a educação profissional de pessoas com deficiência é objeto ainda pouco abordado, como pode ser observado por meio de busca nas bases selecionadas. Para este estudo, recorreu-se às bases SciELO e BDTD-USP, procurando identificar publicações que contemplassem os seguintes descritores em seu resumo: educação profissional, formação profissional, ensino profissionalizante ou educação tecnológica, associados a pessoas com deficiência, no recorte temporal de 1988 a 2021. A pesquisa na SciELO retornou 5 resultados que atendiam aos critérios adotados, entre os quais somente um era voltado à educação. Já na BDTD-USP foi possível identificar 7 publicações, entre as quais havia 4 estudos centrados na educação. A partir daí, a análise recaiu sobre as cinco publicações da área da educação identificadas, das quais o presente texto destaca

três, considerando as seguintes categorias para discussão: I) deficiência, II) trabalho e III) educação profissional.

Todas as obras analisadas abordam o conceito de deficiência, especialmente a partir do aparato legal vigente, em sua maioria problematizando as concepções subjacentes à legislação. Oliveira (2018) destaca que o conceito de deficiência presente nos documentos oficiais ainda traz uma lógica biomédica, e que termos utilizados em diversas áreas, entre elas a educação, ainda trazem a marca da medicalização e da patologização, fazendo predominar a ideia da falta, que pode se traduzir em prejuízos no processo de profissionalização de estudantes com deficiência.

Rodrigues e Passerino (2018) compreendem o trabalho tanto pela dimensão econômica quanto pela sua capacidade de potencializar o protagonismo das pessoas, por meio da sua satisfação pessoal. Gonçalves (2012) destaca o trabalho como parte da natureza humana, de forma que nossa própria humanidade seria construída por meio dele. Oliveira (2018) nos lembra da unidade primordial entre educação e trabalho, na medida em que nos produzimos humanos por meio de um processo formativo que tem como posição central o trabalho. Destaca, ainda, que tomá-lo como direito social e não somente como emprego é fundamental “para que se rompa com a lógica assistencialista e reabilitadora que percebemos, ainda hoje, predominar na Educação Profissional ofertada a pessoas com deficiência.” (OLIVEIRA, 2018, p. 185).

Com relação à educação profissional de pessoas com deficiência, as publicações analisadas a destacam como importante ferramenta para o acesso ao trabalho e como direito que deve ser garantido, com vistas a uma vida plena e digna, pois permite a efetivação de outros direitos sociais, como trabalho, educação, alimentação e moradia. Oliveira (2018) destaca a inexistência de uma política de educação profissional para pessoas com deficiência, mas reflete que caso fosse criada uma política para esse fim, poderia resultar numa volta à segregação desses sujeitos.

## **CONCLUSÕES**

Olhar para questões ligadas à educação profissional e ao trabalho de pessoas com deficiência é refletir sobre algo que vai muito além da necessidade humana de

busca pelo sustento material. Trata-se da formação para uma profissão que, para além do ganho financeiro, favorece o crescimento pessoal, o sentimento de pertencimento, a autoestima e o desenvolvimento intelectual.

Os resultados obtidos até este momento por meio da pesquisa em andamento evidenciam uma discussão voltada para a educação profissional de pessoas com deficiência enquanto forma de acesso ao mundo do trabalho, compreendido principalmente como emprego. Percebe-se, também, a carência de pesquisa científica e debate acadêmico sobre a educação profissional de pessoas com deficiência, com espaço para aprofundamentos na compreensão deste tema. As considerações resultantes da pesquisa em andamento poderão contribuir para direcionamentos de outras investigações, em áreas como educação, ciências sociais e políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. E. M. de *et al.* Panorama da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. *In: MORAES, Gustavo Henrique et al. Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção.* Brasília: INEP, 2020.

BRASIL. **Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

GONÇALVES, E. F. **A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual:** uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, F. C.. **Educação profissional de pessoas com deficiência:** política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. A formação profissional de pessoas com deficiência e suas repercussões na formação dos professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 407-426, set. 2018.